



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Feminicídio: crueldade que parece não ter fim

Especialistas alertam para a importância de a mulher não normalizar atitudes violentas nem ter medo de denunciar

» JULIANA SOUSA*

Em dois dias, dois casos de feminicídio chocaram o Brasil, pela brutalidade. Primeiro, no domingo, Kathelen Souza de Lima, de 20 anos, morreu após ser espancada e torturada pelo namorado em Vigário Geral, Zona Norte do Rio. Ela buscou socorro, foi hospitalizada, mas não resistiu. Kathelen, que havia iniciado um relacionamento de apenas três meses com Ronald Félix da Silva, já sabia do histórico agressivo dele com outras mulheres, segundo familiares.

Segunda-feira, dia em que Kathelen foi enterrada, outra mulher foi encontrada morta, também na capital carioca. Milena Vitória Garcia de Barros, de 22 anos, mãe de duas crianças, foi assassinada pelo ex-companheiro e encontrada dentro de uma geladeira em sua casa, em Senador Camará, Zona Oeste. O homem, inconformado com o fim do relacionamento, entrou na casa da vítima com o pretexto de conversar e, depois de algum tempo, foi visto saindo com os filhos do casal. Preocupados com o silêncio de Milena, vizinhos acionaram a família. Quando o padrasto de Milena chegou à residência, viu a geladeira desligada e jogada no chão, o corpo da enteada estava guardado dentro do eletrodoméstico. O homem foi preso e responderá por feminicídio e ocultação de cadáver.

Problema nacional

Esse drama não se restringe ao Rio. De acordo com o Monitor de

Feminicídios no Brasil, até meados de 2024, foram registrados 750 feminicídios consumados e 1.693 casos, incluindo tentativas, com uma média de aproximadamente quatro mortes por dia. Os dados sinalizam que as atuais políticas públicas não estão sendo suficientes para conter o crescimento dos homicídios de mulheres. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho, o feminicídio subiu 0,8% em 2023, na comparação com o ano anterior. A tentativa de feminicídio aumentou 7,1%. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que a maioria dos feminicídios ocorre em contextos de violência doméstica.

O entendimento dos sinais de alerta e o suporte psicológico são fundamentais para que mulheres reconheçam e interrompam esse ciclo antes que seja tarde demais. A psicóloga Juliana Gebrim destaca que o feminicídio, frequentemente, ocorre após sinais de relacionamentos abusivos. Essas relações, por sua complexidade, podem passar despercebidas. Gebrim explicou que o apoio psicológico da família e dos amigos desempenha um papel crucial na identificação e prevenção desses casos.

"Muitas vezes, as relações abusivas passam despercebidas devido a fatores como dependência emocional, manipulação psicológica ou até mesmo crenças internalizadas sobre o que é um relacionamento normal", comenta a psicóloga, exemplificando com uma paciente sua, que vivia um relacionamento abusivo de um

redes sociais



Milena, mãe de duas crianças, foi assassinada pelo ex-companheiro e encontrada dentro de uma geladeira

marido ciumento, mas minimizava, acreditando que as agressões se justificavam pelo amor que julgava haver por parte do marido. "Violência nunca pode ser justificada", ressaltou a especialista.

Camila Galetti, doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), também

mencionou a importância de uma rede de apoio para evitar o feminicídio. "A família deve levar a sério essas denúncias antes que atinjam casos extremos. Percebe-se que, na maioria dos casos de feminicídio, a mulher já havia solicitado uma medida protetiva e o agressor dava sinais de que a violência escalaria. Portanto, é

fundamental acolher as denúncias com seriedade, buscar medidas protetivas e procurar o apoio do Estado, por meio de políticas públicas que ofereçam suporte", recomendou Galetti.

A especialista defendeu ainda a criação de políticas públicas adaptadas à sociedade atual. "Considerando que os agressores

Onde pedir ajuda?

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Uma viatura é enviada imediatamente até o local. Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita. Ligue 197: Polícia Civil do DF (PCDF).

» **E-mail:** denuncia197@pcdf.df.gov.br

» **WhatsApp:** (61) 98626-1197

» **Site:** www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

* **Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

DESASTRE DE MARIANA

Vítimas contestam acordo no STF

» RENATO SOUZA

Movimentos que representam pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana-MG, em 2015, cobram no Supremo Tribunal Federal (STF) a participação em um acordo de reparação dos prejuízos causados. O rompimento da barragem matou 19 pessoas e contaminou o Rio Doce.

A contaminação levou à morte de peixes e prejudicou as

comunidades locais, povos indígenas e pescadores que tiravam a renda do rio. Um acordo assinado no dia 25 de outubro por mineradoras e pelo poder público prevê R\$ 170 bilhões em reparação. No entanto, R\$ 100 bilhões serão repassados à União, estados e a municípios de Minas Gerais e Espírito Santo para obras de reparação.

As famílias receberão R\$ 35 mil a título de indenização individual e R\$ 95 mil para quem

vivia da pesca. No entanto, ainda é necessário que o Supremo homologue o acordo.

As mineradoras Samarco, Vale e BHP, que atuavam na barragem, pedem a homologação imediata do acordo. Já o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), afirmam que os grupos afetados não participaram do tratado e precisam ter a chance de se manifestar.

Quase uma tonelada de cocaína apreendida

Divulgação/Receita Federal



Uma operação conjunta da Polícia Federal e Receita Federal na Bahia apreendeu, ontem, no porto de Salvador, 969 kg de cocaína, que seriam embarcados para a Bélgica em um navio. Segundo a Receita, a droga estava escondida em uma carga de minério. Ao abrir o container, os agentes encontraram o material, que estava separado em grandes pacotes, amarrados por uma corda. A droga foi encaminhada para a Polícia Federal para investigar a origem do produto e os envolvidos no crime de tráfico internacional de drogas.



ALEXANDRE GARCIA

A PRESENÇA, NA REUNIÃO DE QUINTA-FEIRA, PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO JÁ FOI ELOQUENTE: MENOS DA METADE DOS GOVERNADORES — APENAS 13. E DOS QUE COMPARECERAM, MUITOS FORAM PARA REJEITAR AS ESTRANHAS PROPOSTAS: TORNAR A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL POLÍCIA OSTENSIVA; A POLÍCIA FEDERAL COMO POLÍCIA DE PRONTA RESPOSTA

Segurança federal?

O presidente Lula talvez tenha querido desviar as atenções para o maior problema brasileiro, que é a falta de segurança física e patrimonial que escraviza os brasileiros. Num momento de derrota eleitoral, de dólar e juros altos, de pressão inflacionária, de reclamações contra excesso de gastos do governo, de política externa diferente das aspirações nacionais, o presidente tentou atrair atenções para o maior problema, que afeta vidas e patrimônio de todos. Convidou os governadores para ouvirem do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a

proposta de emenda à Constituição, pela qual todos os estados deveriam obedecer, na Segurança Pública, diretrizes do governo federal, como se ainda fôssemos uma república unitária, como nos tempos da Ditadura Vargas. Pelas reações dos governadores, o presidente já deve estar a caminho de abandonar a ideia, inclusive porque a Constituição, no art. 60, §4, inciso I proíbe emenda tendente a abolir a forma federativa de estado.

A presença, na reunião de quinta-feira, para apresentação do projeto já foi eloquente: menos da metade dos

governadores — apenas 13. E dos que compareceram, muitos foram para rejeitar as estranhas propostas: tornar a Polícia Rodoviária Federal polícia ostensiva; a Polícia Federal como Polícia de Pronta Resposta (arrepia lembrar as SA de Hitler Sturmabteilung). Essas duas polícias são federais e ficariam acima das estaduais. Os governadores não poderiam ter orientação diferente das diretrizes baixadas por Brasília, além de já serem dependentes de recursos federais.

Zema não compareceu e gravou mensagem nas redes dizendo que, para ganhar do crime, é preciso combater e não debate. Foi um dos governadores a lembrar que o básico é prender — e não soltar e descondenar. Ficar debatendo

é dar mais tempo ao crime ir dominante. Cláudio Castro, do Rio, queixou-se que foi à reunião sem ter recebido uma prévia do que seria tratado. Tarcísio sugeriu que a questão não se resolve por uma PEC; que é preciso mais. Caiado deu uma aula sobre o que faz em Goiás, para tornar seguro o seu estado. Todos reclamaram que o governo federal deveria fazer a sua parte, impedindo a entrada de drogas e armas nas fronteiras.

Durante o governo Bolsonaro o crime despencou com o apoio federal às polícias. É preciso dar segurança jurídica para os policiais agirem e autonomia aos que são do ramo. Caiado ironizou a proposta de segurança saída do papel e não das ruas. Lula, em troca, ironizou Caiado,

dizendo que ele deveria dar aulas de segurança. O trágico é que o presidente revelou que a eleição teve eleitos pelo crime. E mais, que o crime está entrando no Ministério Público e no Judiciário. A impunidade e medidas que protegem os criminosos proibindo ações da polícia mostram que o mal brota em cabeças dos que fazem e dos que aplicam as leis. E agora tiraram as Forças Armadas o Projeto Calha Norte. É o sinal verde — sem trocadilho — para o crime que já se instalou na região. Por décadas ficamos passivos ante o crescimento do crime que pode nos dominar. Não estaríamos nesta situação se todos observassem o que estabelece a constituição: Segurança Pública, dever do Estado, é direito e responsabilidade de todos.